Vico e a História como Ciência

Eduardo Barbosa Lenzi e Max Rogério Vicentini*

*Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. e-mail: mrvicentini@uem.br*

RESUMO. A análise da obra de Giambattista Vico é pertinente em um momento em que se debate a crise de paradigmas nas Ciências Humanas e, em particular, na História. Retomar a expressividade de uma obra como *A Ciência Nova* contribui para que repensemos essa discussão bastante atual, uma vez que foi escrita em um período (início do século XVIII) de afirmação da ciência moderna como forma de conhecimento válido. Apesar de abordar a metodologia e a classificação das ciências, Vico nunca conseguiu atingir grande notoriedade com suas idéias, o que talvez tenha ocorrido pelo fato desse filósofo ir de encontro com uma das principais correntes do período: o racionalismo cartesiano. É justamente desse embate que surge a nova ciência proposta por Vico. Para este pensador, os sentimentos, a retórica e a própria história seriam produtos humanos fundamentais que não poderiam ser conhecidos pelo método matemático. Sendo assim, efetua-se aqui a compreensão da maneira como esses produtos humanos fundamentais devem ser, segundo Vico, apreendidos e, também, apresentar as distinções epistemológicas por ele propostas entre as ciências da natureza e as dos homens.

Palavras-chave: Vico, Ciência Nova, História.

ABSTRACT. Vico and the History as Science. The analysis of the Giambista Vico's literary work is pertinent in a moment when the paradigm crises in Human Science has been debating, actually it has been debating mainly in History. To Review the expressiveness of a literary work as the New Science contributes to make us think about this current discussion, once that this book was written in a period (beginning of the 17th century) of affirmation of the Modern Science as a way of validating knowledge. Even approaching the methodology and the Sciences' classification, Vico has never reached a lot of notoriety with his ideas, which maybe has happened because of the fact that this philosopher is against the most important thinking of that epoch: the Cartesian Rationalism. It is exactly from this impact that Vico's new science was born. To this philosopher, the feelings, rhetoric as well the history would be fundamental human products that would not ever be known by the Math method. In this way, here we have the comprehension of the way how these fundamental human products, by Vico, should be learned, and also, to present the epistemological distinctions proposed by him between nature science and men's science.

Key words: Vico, New Science, History.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados das reflexões sobre a maneira como o filósofo Giambattista Vico (1668-1744) pensou a ciência e, em particular, a História[1] em sua principal obra: *A Ciência Nova*[2]. Para tanto, este trabalho foi direcionado para uma análise da estrutura da obra, desvendando assim os caminhos intelectuais percorridos por Vico.

Giambattista Vico nasceu em Nápoles e teve como primeiro mestre um padre jesuíta - filósofo nominalista - de nome Antonio del Balzo. Posteriormente estudou com outro jesuíta, Giuseppe Ricci, seguidor de Duns Scot (1265-1308). Segundo a sua autobiografia, em seguida teve um período de nove anos de vida relativamente solitária, sendo preceptor do filho de um nobre de Vatolla. Foi nesses anos em Vatolla que o pensador napolitano se dedicou ao estudo de Platão (c. 429-

[1] O termo "história" (*Geschichte*) é aqui entendido como objeto de conhecimento da "História" (*Historie*). Sempre que houver referência a ele, lhe será atribuída "h" minúsculo, para diferenciar de "História", área de conhecimento.

[2] Sempre que houver referência à obra *A Ciência Nova* esta será grafada em itálico; quando houver referência à proposta cognitiva viconiana será grafada normalmente: Ciência Nova.

347 a. C.) e teve seus primeiros contatos com a filosofia de Pierre Gassendi (1592-1655) e de René Descartes (1596-1650). A primeira edição de *A Ciência Nova,* sua obra principal, data de 1725. Vico então a reescreveu, dando lugar a edições diferentes, uma em 1730 e outra em 1744, ano da morte do pensador. Este trabalho, contudo, detem-se em uma análise da última versão da obra, traduzida por Marco Lucchesi (1999)[3].

Apesar de discutir a metodologia e a classificação das ciências, o que estava muito em voga no período em que viveu, Vico nunca conseguiu atingir grande notoriedade com suas idéias, o que talvez tenha ocorrido pelo fato desse filósofo ir de encontro a uma das principais correntes do período: o racionalismo cartesiano. Conforme afirma Lucchesi (1999):

> *Tudo começa pelo cogito. Para Vico, o penso, logo existo não passa de mera constatação. Temos tão somente a certeza. Falta a verdade. O cogito não oferece a razão e a causa de nossa existência, os motivos internos, abissais. O conhecimento repousa numa relação mútua entre conhecer e fazer.*[4]

E José Carlos Reis (2001) ainda ressalta:

> *Vico fere Descartes em seu princípio de base, ao contestar que o critério da verdade seja a idéia clara e distinta. Para ele, este princípio está longe de ser universal e necessário. É apenas mais um critério subjetivo e psicológico. Ele só prova que estou convencido das minhas idéias, que me parecem intimamente claras e distintas. Ele não prova que elas sejam verdadeiras. Para Vico, o critério de verdade seria outro: só se pode conhecer o que se criou.*[5]

Sendo assim, pode-se dizer que é justamente do embate com o cartesianismo que brota o novo método proposto por Vico. Para este pensador napolitano, a orientação de Descartes, exclusivamente matemática, não poderia ser válida para todas as ciências, visto que existiriam outras esferas de indagação, sendo a história humana a principal delas, que não poderiam ser reduzidas às evidências da razão abstrata das formulações exatas. Para esse objetos que não deveriam ser matematizados, Vico propõe a Ciência Nova, ou seja, uma forma específica para estudá-los. Analisar esta especificidade da proposta epistemológica viconiana é o objetivo geral desta pesquisa.

Ler *A Ciência Nova* não é tarefa amena. Nela confluem diversos aspectos de um período que atravessava um turbilhão social e cultural. Vico demonstra uma forte influência escolástica, quando elege o *verum ipsum factum* (a verdade como correspondente ao feito). No entanto a obra foi escrita em língua vulgar de forma bastante barroca. Ademais, a construção do edifício epistêmico viconiano comporta contradições que o torna difícil de ser apreendido como um sistema hermético, constatação que não extrai da obra seus méritos e sua singularidade, talvez pelo contrário, a torne mais instigante, haja vista a diversidade de pensadores (Michelet, Marx, Collingwood, Croce, entre outros) que se reportam a ela.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é, em linhas gerais, analisar a filosofia[6] da história presente na obra *A Ciência Nova*. Para tal, fez-se necessário primeiramente compreender a teoria geral do conhecimento viconiano para, posteriormente, situar a História dentro dessa teoria.

Com a finalidade de oferecer uma interpretação do pensamento viconiano que seja, ao mesmo tempo, minuciosa e de fácil compreensão, tanto quanto possível, primeiramente será exposta a teoria geral do conhecimento de Vico, bem como os lugares que a consciência, a ciência e a Ciência Nova ocupam dentro dessa teoria. Em seguida, serão apresentadas as relações entre a Ciência Nova e o conhecimento das atividades humanas, fundamentalmente, a história. Por último, discutir-se-á as ligações entre a história humana e, segundo Vico, a história ideal divina.

Deixa-se claro que este trabalho não possui o intuito de debater o mérito "científico" das análises etimológicas e literárias feitas por Vico, nem tem a intenção de se ater aos pormenores dos fatos históricos narrados pelo autor n'*A Ciência Nova*; a eles se fará menção se e quando for necessário.

Consciência, Ciência e Ciência Nova

Para Vico, até seu tempo, haviam sido praticados duas formas de se apreender os objetos investigados, as quais variavam dependendo da "natureza" do próprio objeto. A primeira estaria na esfera da *verdade* (*verum*), da ciência e da compreensão; a segunda estaria em uma outra área, à qual pertenceria o *certo* (*certum*), a consciência e o conhecimento. Da

[3] Vico, G. *A Ciência Nova*. Tradução de Marco Lucchesi. Rio de Janeiro: Record, 1999.

[4] Lucchesi, M. Monumental Afresco da História (Prefácio). *In:* Vico, G. 1999:14.

[5] Reis, J. C. Vico e a História Nova. *Temas & Matizes,* Cascavel, ano 1, no. 1, p.12, 2001.

[6] O termo "filosofia" era, no início do século XVIII, sinônimo de "ciência"; é justamente com este sentido que a palavra é empregada no texto. O termo Filosofia da História foi cunhado por Voltaire alguns anos depois de Vico. Sobre a Filosofia da História em Voltaire ver Moscateli, R. Voltaire e a Filosofia da História. *Temas & Matizes*, Cascavel, ano 1, no. 1, p.16-19, 2001.

primeira faria parte, por exemplo, a matemática; da segunda faria parte a física e o conhecimento das coisas da natureza.

Na origem desse pensamento está a correspondência entre *verdade* e *feito* (*verum ipsum factum*). Para Vico, somente quem fez pode compreender verdadeiramente, ou seja, a compreensão científica advém do estudo "interior" do feito. Os homens só compreendem a verdade do que eles mesmos fazem ou fizeram.

Por outro lado, há uma correspondência entre o *certo* e o *fato* no pensamento viconiano. O fato é aquilo que não é feito pelos homens, mas que já está dado. Sobre os fatos os homens estabelecem conhecimentos certos, mas não verdadeiros; sobre os fatos há uma consciência, mas não uma ciência. O conhecimento consciente advém do estudo "exterior" dos fatos. Como diz o axioma[7] (*dignidade*) número IX:

> *Os homens que não sabem a verdade das coisas procuram ater-se ao certo, pois, não podendo satisfazer ao intelecto com a ciência, que, ao menos, a vontade repouse sobre a consciência.*[8]

Seguindo o exemplo dado há alguns parágrafos, a matemática seria uma ciência na medida em que é fruto da abstração humana, foi feita pelos homens. A física, estudando fatos exteriores ao fazer humano, seria uma consciência.

Há, contudo, uma relação problemática de Vico com a matemática; esta é uma ciência, porém não serve como base metodológica para as outras ciências, como propunha Descartes. Para o filósofo napolitano, nem todos os feitos humanos (como a política, a economia ou a poesia) podem ser compreendidos por métodos matemáticos ou pela pura abstração racional, filosófica, da qual vem o conhecimento da verdade, como no caso do raciocínio exato. Entretanto, estes feitos humanos também não podem ser considerados apenas como fatos, como a física fazia com os fenômenos naturais, pois esses fatos são também feitos. Um objeto de estudo dessa "natureza" requer uma ciência diferente, a qual não teria um grau de racionalidade menor, pois também se utilizaria da filosofia, e nem seria menos verdadeira, pois investigaria feitos humanos. Esta ciência diferente seria a Ciência Nova, ou seja, seria uma terceira forma de cognição, cujo objeto são os *fatos feitos* pelos homens e que, por conta disso, parte do certo para se atingir a verdade.

Por conta desse objeto, a Ciência Nova surge da aproximação entre a filosofia, que é a razão que estuda o feito/verdade (*verum*), e a filologia, que é a erudição que estuda o fato/certo (*certum*). Vico, no axioma número X, sugere que esta aproximação da filosofia e da filologia gera uma apreensão dos objetos maior do que a compreensão da verdade ou o conhecimento do certo isolados um do outro como, segundo ele, se deu até então:

> *A filosofia considera a razão, de que procede a ciência do verdadeiro; a filologia observa a autoridade do humano arbítrio, donde se origina a consciência do certo.*
> *Essa dignidade define, na segunda parte, os filólogos, como sendo todos os gramáticos, historiadores, críticos, que se ocuparam da cognição das línguas e dos feitos dos povos, tanto em sua casa como nos costumes e nas leis, quanto nas guerras, tratados de paz, alianças, viagens, comércios.*
> *Essa mesma dignidade comprova terem falhado pela metade tanto os filósofos que não certificaram suas razões, pelas autoridades dos filólogos; quanto os filólogos que não cuidaram de verificar suas autoridades com a razão dos filósofos; pois, se houvera ocorrido, teriam sido mais úteis às repúblicas e nos teriam antecedido ao meditar esta Ciência [Nova].*[9]

Assim, os fragmentos de linguagem seriam a prova, a fonte da Ciência Nova; contudo, sobre eles não deveriam repousar apenas estudos filológicos, mas também uma racionalidade filosófica, a qual garantiria um suporte de verdade que a filologia não obtém por si só. Dito de outra maneira, o "cientista novo" deveria, a partir dos estudos dos materiais de linguagem, construir uma compreensão racional dos feitos humanos, do contrário haveria o risco de, por exemplo, ler-se os poemas homéricos como relatos plenos de acontecimentos verídicos ou de tratá-los apenas como frutos da imaginação literária. Na *dignidade* XVII, Vico afirma a importância dos "falares vulgares" para o estudo da história dos povos antigos:

> *Os falares vulgares devem ser os testemunhos mais graves dos antigos costumes dos povos, celebrados ao tempo em que estes formaram as próprias línguas.*[10]

Dessa forma, as fontes (no caso de Vico, o material filológico, os mitos e os poemas antigos) por si só trazem apenas fatos, é na interpretação dessas fontes (através de uma abstração racional, filosófica) que se deve buscar os feitos humanos e,

---

7 Vico estabelece os princípios de sua Ciência Nova através de axiomas aforismáticos, para os quais ele atribui o nome de *dignidades*.

8 Vico, G. 1999:94.

9 Vico, G. 1999:94.

10 Vico, G. 1999:97. Em nota do tradutor há uma observação que dá à palavra *graves* desta passagem a acepção de preciso, indiscutível.

por conseguinte, a verdade sobre eles. Diz Vico sobre essa interpretação no Livro I d'*A Ciência Nova*:

> *E [disso resulta] que a primeira ciência que se deve aprender é a mitologia, ou seja, a interpretação das fábulas (pois, como veremos, todas as histórias gentílicas possuem fabulosos princípios), e que as fábulas foram as primeiras histórias das nações gentílicas.*[11]

Em resumo e numa tentativa de facilitar a compreensão do edifício epistemológico viconiano, pode-se esquematizá-lo da seguinte forma:

Consciência	Ciência (filosofia)	Ciência Nova:
Conhecimento exterior	Compreensão interior	Compreensão/Conhecimento interior
Sobre os fatos	Sobre os feitos	Sobre os fatos feitos
Que produz uma certeza	Que produz uma verdade	Que produz uma verdade e uma certeza
Objeto: a física e as coisas da natureza que são fatos que não haviam sido feitos pelo homem	Objeto: a matemática, fruto da razão humana, produto do fazer abstrato do homem	Objeto: a política, a história, a poesia, etc. que são os fatos feitos pelo homem

A Ciência Nova e a história

Como já foi salientado, no pensamento de Vico há uma correlação entre verdade e feito. Sendo assim, os homens só poderiam adquirir ciência sobre as coisas feitas pelo próprio homem, ou seja, nada mais científico do que os homens compreenderem sua própria história. Vico se admira ao constatar que os filósofos se dedicaram largamente à reflexão das coisas da natureza, as quais segundo ele não se pode conhecer verdadeiramente, pois não são fruto do fazer humano. Afirma Vico:

> *...que este mundo civil foi certamente feito pelos homens, cujos princípios podem, porque devem, ser descobertos dentro das modificações de nossa própria mente humana. A bem refletir sobre tal fato, causa estranheza [verificar] como todos os filósofos seriamente estudaram o modo de obter a ciência deste mundo natural, do qual, pois que Deus o fez, somente ele tem ciência; e deixaram de meditar este mundo das nações, ou seja, o mundo civil, do qual pois que o fizeram os homens, podiam obter sua ciência os homens.*[12]

Sobre esta passagem Marco Lucchesi, em nota de número 139, comenta o seguinte: "Para Vico, a ciência humana por excelência é aquela em que *verum* e *factum* se convertem. Mais: quando o sujeito é o objeto do processo (para dizer em termos modernos), donde a história como ciência nova". Desse modo, a Ciência Nova proposta por Vico é, fundamentalmente, uma História, ou seja, uma compreensão dos fatos feitos pelos homens através da reflexão e do estudo dos materiais de linguagem herdados dos antepassados.

Cabe aqui uma importante ressalva. Não parece correto afirmar que Vico faça em sua obra a apologia do que seria hoje um estudo lingüístico-estruturalista, buscando estabelecer uma espécie de análise sincrônica dos mecanismos internos de funcionamento da linguagem.[13] Pelo contrário, a Ciência Nova deve valorizar a mudança, a historicidade, as transformações sociais, as quais produzem, segundo o pensador napolitano, formas diferentes de linguagem. Assim, o homem e as coisas não seriam formados na e pela linguagem, mas sim ao contrário. Nesse sentido, Vico salienta que os materiais de linguagem herdados são revestidos de falsidade, os quais não trazem em si a verdade sobre os antigos costumes sociais; estes devem ser buscados justamente pela já citada interpretação e reflexão filosófica. Do contrário corre-se o risco de se estabelecer apenas um conhecimento filológico, ou seja, de se ater apenas à esfera da certificação dessas provas. Diz o axioma número XVI:

> *As tradições vulgares devem ter tido públicos motivos de verdade, por isso nasceram e se conservaram por inteiros povos, em longos espaços de tempo.*
> *Esse será outro grande mérito desta Ciência: o de reconhecer as razões do verdadeiro, que, com o correr dos tempos e com o modificar-se das línguas e dos costumes, chegam até nós [as razões] revestidas de falsidade.*[14]

Porém, e apesar de dar toda essa ênfase às transformações, Vico busca através de sua Ciência Nova estabelecer algumas permanências, regularidades. Isso, em um primeiro momento, pode soar contraditório; contudo as permanências, as constantes, são fundamentais no pensamento viciniano.

É exatamente uma dessas constantes, a natureza humana, que permite a reconstrução mental dos fatos feitos pelos homens do passado. Para tornar isto mais claro, deve-se retomar a proposta de verdade da Ciência Nova, ou seja, a de que algo só pode ser verdadeiramente compreendido por quem o fez. Essa constatação poderia apresentar-se problemática em relação ao estudo da história: afinal,

[11] Vico, G. 1999:63.
[12] Vico, G. 1999:131.
[13] Para um estudo das diferentes formas de linguagem e concepções de mundo em Vico, a partir da teoria dos tropos literários ver White, H. *Trópicos do discurso:* ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.
[14] Vico, G. 1999:96. Entenda-se aqui *públicos motivos de verdade* como motivos sociais (direitos, governos, costumes, etc.) que eram compartilhados pelos povos.

como poderia o homem do presente construir uma compreensão verdadeira das coisas que não foram feitas por ele, mas sim pelos seus antepassados? Para solucionar essa questão, Vico lança mão da natureza humana, a qual seria constante, apesar de todas as transformações históricas. Sendo assim, a mente que construiu a era dos deuses seria, fundamentalmente, a mesma mente que produziu a era dos homens (as eras viconianas serão tratadas de forma mais detida pouco mais adiante). Desse modo, a história poderia ser reconstruída e compreendida (e não apenas conhecida) interiormente na e pela mente do homem do presente, por meio da interpretação, da racionalização das provas de linguagem legadas pelas "mentes" de seus ancestrais. Seria essa "ligação mental" o ponto que possibilitaria ao contemporâneo reconstituir os eventos e processos históricos. Sobre essa "história das idéias" afirma Vico:

> *Para encontrar tais naturezas de coisas humanas, procede esta Ciência [Nova], com uma severa análise de pensamentos humanos sobre as humanas necessidades ou utilidades da vida sociável, que são as duas fontes perenes do direito natural das gentes (...). Por isso, por esse outro principal aspecto, esta Ciência [Nova] é uma história das humanas idéias, na qual parece que deva proceder a metafísica da mente humana; a mesma, rainha das ciências, pela dignidade de que 'as ciências devem começar quando começam a matéria', começou desde que os primeiros homens começaram a humanamente pensar, não quando os filósofos começaram a refletir sobre as humanas idéias.* [15]

Nessa passagem também é importante notar a referência que o filósofo napolitano faz a outras permanências da história humana, "que são as duas fontes perenes do direito natural das gentes": "as humanas necessidades ou utilidades da vida sociável", o que seria a necessidade da humanidade de se manter, de se perpetuar, para a qual a vida em sociedade é bastante útil e também necessária[16]. Apesar de ser uma constante, essa exigência dos homens de perpetuação influi diretamente no desenvolvimento e nas transformações históricas, para as quais Vico estabelece três eras: a dos deuses, a dos heróis e a dos homens[17]. Essas três idades constituiriam o curso (*corsi*) que fazem as nações e a cada uma delas corresponderia uma natureza, um costume, um direito natural, um governo, uma língua, um caractere e uma jurisprudência. A passagem de uma fase para a outra se justificaria por aquela constante necessidade de perpetuação humana, sendo esta a causa de uma evolução social dentro deste curso que as sociedades percorreriam.

Para demonstrar os conteúdos gerais dessas três idades sem adentrar em seus conteúdos pormenores, as palavras de Vico são bastante esclarecedoras[18]. Assim, na primeira era, a dos deuses, imperaria o medo, a natureza se apresentaria assustadora e por esta razão teria sido divinizada; os "costumes seriam todos marcados pela religião"; o direito também era divino e tanto os homens quanto as suas coisas "existiriam em razão dos deuses"; "os governos também eram divinos, teocráticos", todas as coisas eram ordenadas pelos deuses, foi a "idade dos oráculos"; a língua seria aquela "divina mental, mediante atos mudos religiosos, ou seja, divinas cerimônias. Tal língua se adequa às religiões pela seguinte propriedade: que mais importam serem reverenciadas do que meditadas; e foi necessária, nos primeiros tempos, em que os homens gentios não sabiam ainda articular a fala"; os caracteres seriam "hieróglifos", pois "o que não podendo fazer com abstração por gêneros, fizeram-no com a fantasia por imagens"; a jurisprudência ou sabedoria era divina, incumbida aos poetas-teólogos, os quais possuíam a "ciência dos divinos falares", ou seja, eram os "intérpretes dos deuses"; a autoridade seria divina, "da qual não se pergunta a razão da providência". A autoridade nesta era de teocracia centrava-se na figura dos poetas-teólogos, afinal estes guardavam a capacidade de "adentrar" à mente dos deuses através da interpretação dos oráculos. Nesta era dos deuses o "raciocínio era fraco e a fantasia robustíssima", por isso a construção, a partir da natureza, de "falsos" deuses; "falsos" porque frutos da imaginação dos homens.

Na segunda era, a era dos heróis, a força era imperativa, a natureza seria heróica, "creditada aos heróis de divina origem; pois julgando-se que tudo fizessem os deuses, tinham-se como filhos de Júpiter: cujo heroísmo, com justo sentido, atribuíam à natural nobreza: - embora fossem de espécie

---

15 Vico, G. 1999:139.

16 Dentro dessa vida em sociedade, que se constituiu para a manutenção do gênero humano, um elemento é fundamental: a religião, mesmo sendo ela "falsa" (entenda-se pagã). Isso implica que a religião seja outra constante, outra permanência na história humana. Na religião, em um plano aparente, existiriam mudanças, porém ela permaneceria em seu sentido essencial: atribuir um sentido ao mundo e à vida humana.

17 Alguns comentadores afirmam que na obra de Vico existiria uma quarta era, anterior a estas três, que seria a era dos gigantes (*bestioni*). A este respeito ver Burke, P. *Vico*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

18 Neste parágrafo e nos dois próximos utilizam-se fragmentos esparsos dos capítulos que compõem o livro quarto d'*A Ciência Nova*, intitulado "Do curso que fazem as nações". Por esta razão, fazer referência a todas as citações torna-se uma tarefa inviável, bastando salientar que tais citações encontram-se entre aspas no texto e podendo ser verificadas em VICO, G. 1999:391-410.

humana; - pela qual foram estes os príncipes da humana geração"; os costumes seriam "coléricos e obstinados"; o direito seria heróico, ou seja, "da força, conquanto temperada pela religião, que, sozinha, pode conservar a força, onde não existem humanas leis para freá-la"; o governo seria também heróico, "aristocrático, (...) significando fortíssimo (...) ou de descendentes da raça hercúlea, com a idéia de nobres. (...) Nas quais, por distinção de natureza mais nobre, pois que considerada de origem divina todas as razões civis estavam fechadas dentro das ordens reinantes dos mesmos heróis, e aos plebeus, reputados de origem bestial, permitiam apenas os costumes da vida e da natural liberdade"; a língua seria heróica, "com as quais falam as armas; cuja fala ficou na militar disciplina"; os caracteres seriam "universais fantásticos, aos quais reduziam as várias espécies das coisas heróicas: como a Aquiles todos os efeitos dos fortes combatentes, a Ulisses todos os conselhos dos sábios. Tais gêneros fantásticos, após o costume da mente humana de abstrair formas e propriedades dos sujeitos, passaram a gêneros inteligíveis, donde se originaram, em seguida, os filósofos"; a jurisprudência ou sabedoria dessa era consistiria em "se acautelar com certas palavras (...) posto que deveriam provar, em juízo, a sua razão, para apresentar ao pretor os feitos assim circunstanciados, que as fórmulas das ações incorressem em desigualdade, de modo que o pretor não pudesse negar"; a autoridade estaria "de todo oculta nas fórmulas das leis" e atribuída a senadores-nobres, os quais utilizavam-se daquela jurisprudência argumentativa para exercerem seus poderes. Na era dos heróis, assim como na era dos deuses, o poder ainda estava bastante ligado a uma divinização dos que o exerciam. Na primeira, como intérpretes da palavra divina, na segunda, como "eleitos de deus", característica que era passada a seus descendentes.

Na terceira era, a dos homens, a razão é reinante; a natureza seria "humana, inteligente, e, portanto, modesta, benigna e racional, e que conhece por leis a consciência, a razão e o dever"; os costumes seriam "oficiosos, ensinados pela própria matéria dos civis deveres"; o direito humano seria "ditado pela razão humana de todo aberta"; o governo dessa era seria aquele que "por igualdade de inteligente natureza, que é a própria natureza do homem, todos se igualam com as leis, pois todos nasceram livres em suas cidades"; a língua dessa idade dos homens é aquela articulada, capaz de ser inteligível a todos e não somente a uma casta de privilegiados; os caracteres são vulgares, "os quais andam em companhia das línguas vulgares: pois que como estas se compõem de palavras, que são praticamente gêneros dos particulares com os quais haviam antes falado as línguas heróicas (como da frase heróica 'ferve-me o sangue no coração' fizeram esta expressão: 'irrito-me')", desse modo, os milhares de caracteres hieróglifos foram transformados em poucas letras, que com gênero, se reduziram a milhares de palavras que "compõem a língua articulada vulgar"; a jurisprudência humana guardaria a "verdade dos fatos" e inclinaria "benignamente a razão das leis a tudo aquilo que demanda igualdade das causas; tal jurisprudência é celebrada nas repúblicas livres populares, e muito mais sob as monarquias, pois ambos são governos humanos"; a autoridade também seria humana, "oculta no crédito de pessoas experimentadas, de singular prudência nas coisas de ação e de sublime sabedoria nas coisas inteligíveis".

Essas três idades que constituem o curso das nações seriam outra constante, ou seja, ocorreriam com todas as nações em tempos e lugares diferentes, mesmo que estas nações nunca tomassem conhecimento umas das outras.

> *...e como nada soubessem o pensamento dos gentios, sem que os povos tomassem conhecimento uns dos outros, nasceram separadamente idéias uniformes de deuses e heróis.* [19]

Utilizando-se de um termo contemporâneo, é essa estrutura que Vico utiliza para, por exemplo, esclarecer o surgimento de uma escrita hieróglifa tanto na China como no Egito; e que enquanto a Europa de seu tempo vivia em plena idade dos homens, haveria povos na Patagônia que ainda se encontravam em plena era dos deuses.

Porém, o autor d'*A Ciência Nova* vai além do estabelecimento de um curso das nações, apresentando também um recurso (*recorsi*). Este curso e recurso da história ou das idades dos povos seria diferente de uma idéia de retorno, pois institui uma concepção de tempo helicoidal, espiral e não circular[20]. Assim, apesar de haver um recurso das três eras em seus respectivos aspectos gerais (governo, costumes, línguas, etc. como foi supracitado), não existiria necessariamente um recurso de seus conteúdos, o que permitiria que, a uma era dos deuses regressada, fossem acrescentados ou suprimidos elementos àqueles aspectos gerais, sem que com isso eles sofressem uma profunda

[19] Vico, G. 1999:61.

[20] Collingwood foi um dos primeiros comentadores da obra de Vico a enfatizar a concepção espiral de tempo existente na obra. Ver Collingwood, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

alteração em suas formas e funções[21]. Já um simples retorno, e por conseguinte uma circularidade temporal, não permitiria uma tal flexibilização de conteúdos, pois ao círculo histórico nenhum elemento novo ou velho pode ser acrescido, retirado ou modificado.

Assim, o povo romano e a sua herdeira, a Europa cristã, já teriam vivido, segundo Vico, pelo menos um curso (uma primeira era divina, heróica e humana) e um recurso (uma segunda era divina, heróica e humana, esta última contemporânea ao pensador). N'*A Ciência Nova* encontra-se, por exemplo, o seguinte relato sobre o recurso da era heróica do povo europeu, que teria ocorrido durante a Idade Média:

> *...restituiu-se os tempos verdadeiramente divinos, nos quais os reis católicos por toda a parte, para defender a religião cristã (...) vestiram as dalmáticas dos diáconos e consagraram suas pessoas reais (donde conservam o título de "Sagrada Real Majestade), tornaram dignidades eclesiásticas (...) nas quais os príncipes de França comumente "duques e abades de Paris", ou seja, "condes e abades" se intitulavam. Assim, os primeiros reis cristãos fundaram religiões armadas, com as quais estabeleceram em seus reinos a cristã católica religião contrária aos arianos, sarracenos e outro grande número de infiéis.*
> *Retornaram, com efeito, aquelas que se diziam "pura et pio bella" dos povos heróicos, onde agora todas as cristãs potências com as suas coroas sustêm sobre um orbe içada a cruz, a qual antes tinham expostas nas bandeiras, quando se faziam as guerras que se chamavam cruzadas.* [22]

Percebe-se nesta passagem que apesar da Europa ter regressado ao período heróico, seus conteúdos são distintos daqueles encontrados na primeira idade dos heróis, a qual teria se dado à época patrística romana; a começar pela religião, que neste recurso heróico já é o cristianismo. Sobre o *corsi* e *recorsi* viconiano e a temporalidade espiral afirma Lucchesi: *Espiral e não circular* (...), *pois a história em Vico não se repete, muito embora produza formidáveis analogias, que não podem e que não devem ser desprezadas*.[23]

Vico também vê as ações humanas ao longo do tempo motivadas profundamente pelos interesses individuais das pessoas. Mesmo assim, essas atitudes egoístas acabariam resultando em benefícios gerais (a não ser na idade dos homens, quando as nações, buscando atender suas próprias vaidades, entrariam em choque umas com as outras, fazendo com que a era dos deuses regressasse).[24] Para se entender a formação desses benefícios gerais (os quais seriam justamente aqueles avanços sociais no âmbito das leis, dos governos, das autoridades, etc.) conquistados a partir de uma situação caótica e anárquica, dois pontos são fundamentais: 1) a já referida necessidade de perpetuação, ou seja, os homens, na tentativa de suprir seus anseios, lutariam para adquirir poder, riqueza ou quaisquer outras coisas que sejam necessárias; isto os colocaria em choque com outros homens. Desta luta, pelo medo de ser subjugado ou aniquilado, brotariam leis, regras e normas que garantiriam o refrear desses impulsos; 2) a existência de uma história ideal divina, isto é, a providência que, mesmo não sendo determinante da história humana, funcionaria como "baliza" metafísica (a este assunto em breve se voltará).

Assim e em geral, pode-se dizer que a História viconiana busca causas, considera conflitos, estabelece universais, investiga as estruturas e as ações, possuindo um sentido e uma concepção de tempo helicoidal.

A história humana e a história ideal divina

A história humana, segundo Vico, é fruto da mente e do fazer humanos. Entretanto, haveria uma mente superior que orquestraria este fazer. Esta mente superior seria a mente de Deus, o qual teria dado ao homem o livre arbítrio para agir, mas que não o teria abandonado à própria sorte.

Desse modo, os desdobramentos da história humana se desenvolveriam relacionados a um plano de Deus, a uma história ideal divina, cuja providência seria a sua maneira de ação e expressão específica, podendo sua existência ser verificada na mente dos homens, nas constantes e nas leis universais da própria história humana, ou seja, seria na investigação da história humana que se constataria a existência da providência divina.

Essas seriam as razões pelas quais esta história ideal divina seria, como já foi mencionado, um dos principais elementos formadores daqueles benefícios gerais que surgem a partir de atitudes e pensamentos egoístas. Assim, o fazer dos homens não seria apenas fruto do voluntarismo e nem de todo conseqüência do determinismo.

Sobre as relações entre a história humana e a história ideal divina, afirma, de forma bastante clara, José Carlos Reis (2001):

---

[21] Aqui ocorre algo parecido com o que já foi dito sobre as religiões. Ver nota 16.

[22] Vico, G. 1999:462.

[23] Lucchesi, M. Monumental Afresco da História (Prefácio). *In:* Vico, G. 1999:21.

[24] A este respeito é unânime entre os comentadores um remetimento à "mão invisível" de Adam Smith. Porém não há comprovações de que o economista inglês tivesse algum contado com a obra de Vico.

> *Para ele [Vico], o que regula a justiça dos homens é a justiça divina. A ordem providencial é ambígua: por um lado, ela o leva a frear seus impulsos brutais; por outro, ela o leva a só amar o seu bem-estar. A ordem providencial que aparece na história revela que: 1º) O homem só ama seu próprio bem estar; 2º) defende o bem-estar de sua família; 3º) defende o bem-estar de sua cidade. E ele deverá ser mantido nessa ordem pela Providência, pois assim, ele procurará o justo, o que lhe é devido. Na história não reina nem o puro acaso e nem o determinismo, mas as ações do homem guiadas pela Providência. A Ciência Nova deve ser a demonstração do fato histórico da Providência, da ordem que deu às coisas humanas às vezes contra o próprio propósito dos homens. O mundo dos homens é temporal, mas as leis que o regem são universais e eternas. A Ciência Nova contemplará a Providência nas coisas humanas e perceberá que Ela preserva os homens no ser, no bem, no justo.*[25]

Sendo assim, a história ideal terrena, ou aqueles cursos e recursos que fazem as nações em todas as épocas e lugares, teria uma profunda relação com a história ideal divina. Mais do que isso, a história ideal terrena seria a prova cabal de que há uma Providência e, por conseguinte, que Deus existe. De tal maneira, a existência dos homens comprovaria a existência de Deus.

Por esses motivos, Vico declara várias vezes em seu livro que a Ciência Nova seria uma "teologia civil", concluindo a sua obra com um capítulo que possui um título bastante significativo: *Sobre uma eterna república natural, em cada uma de suas espécies ótima, pela divina Providência ordenada*.

Palavras de Vico

A partir de tudo que foi tratado aqui, poder-se-ia, para finalizar esse trabalho, escrever algo que sintetizasse, que resumisse a Ciência Nova e a História elaborada por Vico, sem que a força de seu pensamento fosse reduzida? Tal tarefa seria algo difícil de executar e, por esta razão, nada mais conveniente do que deixar o próprio Giambattista Vico com a palavra:

> *Pois foram os próprios homens que fizeram este mundo de nações (que foi o primeiro princípio incontestável desta Ciência, desde que nos desesperamos de encontrá-la nos filósofos e nos filólogos); mas este mundo, sem dúvida, saiu de uma mente freqüentemente diversa e, às vezes, de todo contrária e sempre superior a estes fins particulares que os homens se haviam proposto; desses fins restritos, feitos em parte para servir a fins mais amplos, se serviram sempre para conservar a humana geração nesta terra. Por isso, querem os homens usar a libido bestial e dissipar seus benefícios, e fazem a castidade dos matrimônios, onde surgem as famílias; querem os pais exercerem desmedidamente os impérios paternos sobre os clientes, e sujeitá-los aos impérios civis, donde surgem as cidades; querem as ordens reinantes dos nobres abusar da liberdade senhorial sobre os plebeus, e tornam-se escravos das leis, que fazem a liberdade popular; querem os povos livres livrar-se do freio de suas leis, e seguem sujeitos aos monarcas; pois querem os monarcas, com todos os vícios que lhe assegurem a dissolução, aviltar seus súditos, e os dispõe a aceitar a escravidão de nações mais fortes; querem as nações dissiparem a si próprias, e vão salvar seus restos nas solidões, donde, como fênix, novamente ressurgem. O que fez tudo isso foi na verdade, a mente, pois que fizeram-no com inteligência; não é questão de destino, porque o fizeram com livre escolha; nem foi acaso, pois que com perpetuidade, sempre assim fazendo, chegaram às mesmas coisas.*
>
> *Assim pois, de fato, é refutado Epicuro, que defende o acaso, e seus seguidores, Hobbes e Maquiavel; é também refutado Zenão, e, com ele, Spinoza, que defendem o destino: ao contrário, foram confirmados os filósofos políticos, de que é príncipe o divino Platão, que estabelece como reguladora das coisas humanas a providência.(...) Por isto nesta obra [A Ciência Nova] plenamente se demonstrou que sobre a providência se fundamentam os primeiros governos do mundo, sendo a religião aquela que manteve firme o estado das famílias; depois, passando aos governos civis heróicos, ou seja, aristocráticos, teve de ser a religião a principal sólida base; depois, dando seguimento aos governos populares, a mesma religião serviu de meio aos povos para que a atingissem; detendo-se, finalmente, nos governos monárquicos, tal religião foi o escudo dos príncipes. Por isso, perdendo-se a religião nos povos, nada lhes resta para viver em sociedade; nem escudo para defender-se, nem meio para aconselhar-se, nem base onde se afirmem, uma forma pela qual existam realmente no mundo.*[26]

Conclusão

Há algum tempo a chamada História Positivista ou Metódica, que propunha a construção da cientificidade da História a partir de um uso estrito de fontes oficiais (documentos consulares, notas governamentais, etc.), o que acabou resultando em uma história política linear de grandes nomes (imperadores, papas, generais, etc.) e fatos (guerras, nascimentos, tratados), já não é mais o paradigma dominante na historiografia. À História sistematizada no século XIX por Leopold von Ranke, contrapuseram-se, no século XX, vários autores com várias novas propostas, várias novas (H)histórias. Mesmo que bastante diferentes entre si, estas novas (H)histórias pensaram, em maior ou menor grau, em escrever uma história que não

[25] Reis, J. C. Vico e a História Nova. *Temas & Matizes*, Cascavel, ano 1, no. 1, p. 12, 2001.

[26] Vico, G. 1999:487.

primasse mais apenas pelos grandes nomes e eventos políticos; que não utilizasse mais apenas como fontes os papéis brasonados, mas sim todo e qualquer material legado pelos homens do passado; uma (H)história que não se perguntasse apenas pelo *como*, mas também pelo *porquê*; uma concepção de tempo que não linear, ou pelo menos, que não com uma única linha temporal.

Passou-se a se fazer (H)histórias das mágicas, dos vencidos, das práticas e representações culturais, das mentalidades, das coisas quase imóveis, dos gêneros, da circularidade das culturas, das trocas simbólicas, dos homens e suas relações com a natureza e a geografia, dos climas, das estruturas de pensamento e linguagem, das ações dos grupos na construção de suas próprias identidades, dos nascimentos e das mortes, das curvas de preços, enfim, várias (H)histórias diferentes e, muitas vezes, divergentes, mas que mantinham em comum um bom grau de distanciamento da História Positivista. Destacaram-se nomes como os de March Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Carlo Ginzburg, Michel Vovelle, François Furet, Paul Mantoux, Edward Thompson, Robert Darnton, Christopher Hill, Eric Hobsbawn, Roger Chartier, Pierre Chaunu, Michel Foucault, entre tantos outros nomes que resultariam em uma lista interminável.

Hoje já não soa mais como novidade fazer uma (H)história que se utilize de fontes literárias ou que tenha seu foco voltado para os costumes, a cultura, a linguagem de uma dado grupo social. Também não é mais novidade uma (H)história que valorize as relações entre permanências e mudanças ou mesmo entre saberes e poderes. Contudo, ao ler *A Ciência Nova*, é impossível não perceber que se tem nas mãos uma obra *sui generes*, tanto pela proposta epistemológica, quanto pela abordagem histórica ou pelas fontes utilizadas. Publicada sua última versão em 1744, *A Ciência Nova,* de alguma forma, antecipou várias das propostas feitas por estas novas (H)histórias do século XX. Não dizendo com isso que haja uma herança direta entre essas últimas e o pensamento viconiano (apesar de alguns daqueles historiadores prestarem grande estima por ele); talvez o que haja seja uma "providência" que cuide para que o *recorsi* exista também na história das idéias, mesmo que essas idéias nunca tomem conhecimento umas das outras.

Referências

Obras de Giambattista Vico

VICO, G. *A Ciência Nova*. Tradução de Marco Lucchesi. São Paulo: Record, 1999.

Comentadores e Outros Autores

BURKE, P. *Vico.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

LUCCHESI, M. Monumental Afresco da História (Prefácio). *In:* VICO, G. *A Ciência Nova*. Tradução de Marco Lucchesi. São Paulo: Record, 1999.

MOSCATELI, R. Voltaire e a Filosofia da História. *Temas & Matizes*, Cascavel, ano 1, no. 1, p.16-19, 2001.

REIS, J. C. Vico e a História Nova. *Temas & Matizes,* Cascavel, v. 1, n. 1, p.10-15, 2001.

VICO, G. *A Ciência Nova*. Trad. De Marco Lucchesi. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WHITE, H. Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

Bibliografia de apoio

Obras de Giambattista Vico

VICO, G. *Autobiography*. Londres: Ingran, 1997.

VICO, G. *Opere filosofiche*. Sansoni: Imprenta Firenze, 1971

VICO, G. *Princípios de (uma) Ciência Nova: acerca da natureza comum das nações*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores)

Comentadores e Outros Autores

ABRÃO, B. S. (org.). *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

BERLIN, I. *Vico e Herder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Pensamento Político, 44).

BOSI, A. *O Ser e o Tempo da Poesia*. São Paulo: Cultrix, 1983.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Campinas: Papirus, 1997.

CHATELET, F. *História da filosofia*. 5 v. Lisboa: Dom Quixote, 1980-81.

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

DIEHL, A. A. Vico e a História Cultural. *Temas & Matizes*, Cascavel, ano 1, no. 1, p.06-09, 2001.

FIKER, R. *Vico, o precursor.* São Paulo: Editora Moderna, 1994. (Coleção Logos).

GARBER, D., AYERS M. (ed.) *The Cambridge History of seventeenth century philosophy*. Cambridge: University Press, 1998.

GOLDSCHMIDT, V. *A religião de Platão*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

HORKHEIMER, M. *Origens da Filosofia Burguesa da História.* Lisboa: Editorial Presença, 1984.

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

REIS, J. C. *A História: entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SALIBA, E. T. Distantes dos desígnios de Deus. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 19 Fev. 2000. Caderno de Sábado, p.6.

SALIBA, E. T. Vico: clássico das antinomias interpretativas da História. *Temas & Matizes,* Cascavel, n. 1, p. 1-5, 2001.

Received on November 19, 2001.
Accepted on January 07, 2002.